

<i>Nota à 25ª edição</i>	7
PARTE I — INTRODUÇÃO	27
Capítulo I — O DIREITO ADMINISTRATIVO E O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	
<i>I</i> — <i>As funções do Estado</i>	29
<i>II</i> — <i>Os critérios de distinção das funções do Estado</i>	32
<i>III</i> — <i>A função política ou de governo</i>	36
<i>IV</i> — <i>O Direito Administrativo</i>	37
<i>V</i> — <i>Origem do Direito Administrativo</i>	38
<i>VI</i> — <i>As bases ideológicas do Direito Administrativo</i>	43
<i>VII</i> — <i>O regime jurídico-administrativo</i>	52
<i>VIII</i> — <i>Conceito jurídico de interesse público</i>	58
<i>Direito subjetivo público, 62; Interesses primários e secundários do Estado, 65</i>	
<i>IX</i> — <i>Conteúdo do regime jurídico-administrativo</i>	69
<i>a) Supremacia do interesse público sobre o privado, 69;</i>	
<i>b) Indisponibilidade, pela Administração, dos interesses públicos, 73</i>	
<i>X</i> — <i>Valor metodológico da noção de regime administrativo</i> ...	87
Capítulo II — PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO DIREITO ADMINISTRATIVO BRASILEIRO	
<i>I</i> — <i>Princípios expressos e implícitos</i>	95
<i>1ª) Princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado, 95; 2ª) Princípio da legalidade, 99; 3ª) Princípio da finalidade, 106; 4ª) Princípio da razoabilidade, 108; 5ª) Princípio da proporcionalidade, 110; 6ª) Princípio da motivação, 112; 7ª) Princípio da impessoalidade, 114; 8ª) Princípio da publicidade, 114; 9ª) Princípios</i>	

do devido processo legal e da ampla defesa, 115; 10º) Princípio da moralidade administrativa, 119; 11º) Princípio do controle judicial dos atos administrativos, 120; 12º) Princípio da responsabilidade do Estado por atos administrativos, 121; 13º) Princípio da boa administração, 122; 14º) Princípio da segurança jurídica, 123

- II — Restrições excepcionais ao princípio da legalidade**
 a) Medidas provisórias, 126; b) Estado de defesa, 134; c) Estado de sítio, 135

PARTE II — OS SUJEITOS DO DIREITO

ADMINISTRATIVO 137

Capítulo III — A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

- I — Os órgãos e as competências públicas 139**
Órgãos públicos, 140; Classificação dos órgãos, 141; Competências públicas, 142 (Conceito de competência, 144)
- II — Insurgência na via administrativa contra o exercício das competências: pedido de reconsideração, recurso hierárquico, reclamação administrativa, representação e denúncia 146**
- III — Centralização e descentralização administrativa 149**
Desconcentração, 150; A hierarquia e os poderes do hierarca, 150; Distinção entre descentralização e desconcentração, 151; O controle, 151
- IV — Organização administrativa da União: Administração direta e indireta 152**
Administração direta da União, 153; Critério classificador do Decreto-lei 200, 155; Entes paraestatais, 157

Capítulo IV — FIGURAS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E ENTIDADES PARALELAS 160

- I — Autarquias**
Conceito, 160; Regime jurídico, 161 (a) Relações com a pessoa que as criou, 162; b) Relações com terceiros, 165; c) Relações internas, 167); Autarquias especiais ou sob regime especial, 169; Agências reguladoras, 169; Agências executivas, 181
- II — Fundações públicas**
Conceito legal: impropriedade, 183; Natureza das fundações públicas, 185

III	— <i>Empresas públicas e sociedades de economia mista</i> <i>Conceito de empresa pública, 186 (Conceito legal: impropriedade, 187); Conceito de sociedade de economia mista, 190 (Conceito legal: impropriedade, 191); As diferenças entre empresas públicas e sociedades de economia mista, 193; Natureza essencial de empresas públicas e sociedades de economia mista: conseqüências, 193; Critérios para interpretação do regime jurídico das empresas do Estado, 196; Espécies de empresas públicas e sociedades de economia mista, 198; Empresas estatais e concessão de serviço público, 199; A peculiaridade de regime das estatais em confronto com as pessoas de Direito Privado. Normas constitucionais, 201; O regime jurídico das empresas estatais, 203 (a) Relações com a pessoa que as criou, 204; b) Relações com terceiros, 207; c) Relações internas, 219)</i>	
IV	— <i>Figuras jurídicas introduzidas pela Reforma Administrativa</i>	221
	<i>Contrato de gestão, 223; Contratos de gestão entre Estado e entidades da Administração indireta, 224 (O art. 37, § 8º, da Constituição, 230; Contrato entre órgãos?, 231); Contratos de gestão entre o Estado e as "organizações sociais", 234; Organizações sociais, 234; Organizações da sociedade civil de interesse público, 240</i>	
Capítulo V — SERVIDORES PÚBLICOS		
I	— <i>Agentes públicos</i>	242
II	— <i>Classificação dos agentes públicos</i>	245
	<i>a) Agentes políticos, 245; b) Servidores estatais, 246 (Servidores públicos: conceito e espécies, 247; Servidores das pessoas governamentais de Direito Privado, 248); c) Particulares em colaboração com a Administração, 248</i>	
III	— <i>Os servidores estatais na Constituição: titulares de cargos e ocupantes de empregos</i>	249
	<i>a) Cargos públicos, 250; b) Funções públicas, 251; c) Empregos públicos, 251</i>	
IV	— <i>Natureza da relação jurídica entre os titulares de cargos e o Poder Público</i>	252
V	— <i>Natureza da relação jurídica entre os ocupantes de emprego e as entidades governamentais</i>	253
VI	— <i>Âmbito de aplicação do regime de emprego e do regime de cargo</i>	254

- VII** — *Objeto das normas constitucionais sobre pessoal* 261
- VIII** — *Normas de contenção de despesas com os servidores estatais*
- a) *Limite global de despesas com pessoal*, 262; b) *Previsão orçamentária e na lei de diretrizes para alterações*, 267; c) *Proibição à União e Estados de aportarem recursos a outros níveis de governo para despesas de pessoal*, 267
- IX** — *Normas relativas à remuneração dos servidores e de agentes políticos*
- a) *Criação de remuneração por subsídios*, 267; b) *Limite de remuneração*, 269; c) *Vencimentos do Executivo como paradigma para o Legislativo e o Judiciário*, 273; d) *Proibição de vinculação de vencimentos*, 273; e) *Cálculo de acréscimos pecuniários*, 274; f) *Uniformidade na data e nos índices para revisão geral da remuneração dos servidores públicos*, 274; g) *Exigência de lei para fixação ou alteração da remuneração*, 274
- X** — *Normas constitucionais sobre o regime jurídico dos servidores estatais (titulares de cargos ou empregados)* ... 275
- a) *Acessibilidade aos cargos e empregos: concurso público*, 275 (Admissão e dispensa nas estatais, 279); b) *Contratação excepcional sem concurso*, 280; c) *Direito de greve e de sindicalização*, 281; d) *Proibição de acumulação remunerada*, 282; e) *Sanção por improbidade administrativa*, 283
- XI** — *Regime constitucional dos servidores públicos titulares de cargos* 284
- a) *Irredutibilidade de vencimentos*, 284; b) *Alguns direitos equivalentes aos dos empregados*, 284; c) *Estabilidade*, 285; d) *Disponibilidade*, 286; e) *Aposentadoria e proventos*, 287; f) *Requisitos para aposentadoria e correspondentes proventos*, 287; g) *Forma de cálculo dos proventos de aposentadoria e das pensões*, 288; h) *Tratamentos específicos em atenção a situações transitórias*, 291; i) *Contribuição previdenciária*, 294; j) *Atualização de proventos e pensões*, 298
- XII** — *Os cargos públicos* 299
- a) *Criação e extinção. Declaração de desnecessidade*, 299; b) *Classificação dos cargos*, 299 (Cargos em comissão, 300; Cargos de provimento efetivo, 300; Cargos vitalícios, 301); c) *Lotação dos cargos e "redistribuição"*, 302

XIII	— <i>O provimento em cargo público: conceito e formas</i>	302
	<i>a) Provimento autônomo ou originário</i> (Nomeação, 303; Posse, 304); <i>b) Provimentos derivados</i> , 305 (Provimento derivado vertical (promoção), 305; Provimento derivado horizontal (readaptação), 305; Provimento derivado por reingresso (reversão, aproveitamento, reintegração e recondução), 305)	
XIV	— <i>Direitos e vantagens dos servidores públicos estatutários</i>	307
	<i>a) Direitos e vantagens que beneficiam diretamente o servidor</i> , 307 (Direitos e vantagens de ordem pecuniária, 307; Direitos de ausência ao serviço, 309; Aposentadoria, 315); <i>b) Direitos e vantagens em prol de dependentes do servidor</i> , 315	
XV	— <i>Deveres e responsabilidades dos servidores públicos estatutários</i>	317
	<i>Prescrição</i> , 319	
XVI	— <i>Sindicância e processo administrativo</i>	320
XVII	— <i>Limites ao poder de emendar a Constituição e a situação dos atuais servidores</i>	324

PARTE III — AS VIAS TÉCNICO-JURÍDICAS DE AÇÃO ADMINISTRATIVA

331

Capítulo VI — O REGULAMENTO NO DIREITO BRASILEIRO

I	— <i>Introdução</i>	333
II	— <i>Espécies de regulamento no Direito europeu</i>	335
III	— <i>O regulamento previsto no art. 84, VI, da Constituição Brasileira</i>	336
IV	— <i>Conceito de regulamento no Direito brasileiro</i>	337
V	— <i>Diferenças entre lei e regulamento no Direito brasileiro</i>	338
VI	— <i>O regulamento ante o princípio da legalidade no Brasil</i>	338
VII	— <i>Finalidade e natureza da competência regulamentar</i>	345
VIII	— <i>Limites ao regulamento no Direito brasileiro: a delegação legislativa disfarçada</i>	348
IX	— <i>O objeto da competência regulamentar</i>	354
X	— <i>Diferenças entre lei e regulamento quanto às garantias do administrado</i>	360
XI	— <i>Resoluções, instruções e portarias</i>	363

Capítulo VII — ATOS ADMINISTRATIVOS

I	— Considerações introdutórias	
	<i>a) Distinção entre fatos jurídicos e atos jurídicos, 365; b) O problema da conceituação do ato administrativo, 369; c) Os conceitos jurídicos, 370; d) Historicidade dos conceitos jurídicos, 372; e) Funcionalidade e não "verdade" dos conceitos, 373; f) Critério básico para conceituação do ato administrativo, 376</i>	
II	— Atos da Administração e atos administrativos	376
III	— Conceito de ato administrativo	378
IV	— Perfeição, validade e eficácia	380
V	— Requisitos do ato administrativo	382
VI	— Elementos do ato	
	<i>Conteúdo, 386; Forma, 387</i>	
VII	— Pressupostos do ato	
	<i>1) Pressupostos de existência, 387; 2) Pressupostos de validade: A) Sujeito (pressuposto subjetivo), 389; B) Motivo (pressuposto objetivo), 389 (Motivo do ato e motivo legal, 390; Motivo e móvel, 391; O papel da vontade no ato administrativo, 391; Motivo e motivação, 392; O dever de motivar e as conseqüências de sua violação, 393; Teoria dos motivos determinantes, 396); C) Requisitos procedimentais (pressuposto objetivo), 396; D) Finalidade (pressuposto teleológico), 397 (Teoria do desvio de poder, 398); E) Causa (pressuposto lógico), 400; F) Formalização (pressuposto formalístico), 403</i>	
VIII	— O silêncio no Direito Administrativo	405
IX	— Atributos dos atos administrativos	409
	<i>Casos em que cabe excoutoriedade, 413; Defesas contra a excoutoriedade, 414</i>	
X	— Classificação dos atos administrativos	414
	<i>a) Quanto à natureza da atividade, 414; b) Quanto à estrutura do ato, 415; c) Quanto aos destinatários do ato, 416; d) Quanto ao grau de liberdade da Administração em sua prática, 416; e) Quanto à função da vontade administrativa, 416; f) Quanto aos efeitos, 417; g) Quanto aos resultados sobre a esfera jurídica dos administrados, 417; h) Quanto à situação de terceiros, 419; i) Quanto à composição da vontade produtora do ato, 419; j) Quanto à formação do ato, 419; l) Quanto à natureza das situações jurídicas que criam, 420; m) Quanto à posição jurídica da Administração, 421</i>	

XI	— Vinculação e discricionariiedade	421
XII	— Atos administrativos “in specie” <i>Em função do conteúdo, 429; Como formas de manifestação de outros atos, 431</i>	
XIII	— Procedimento (ou processo) administrativo	433
XIV	— Panorama da extinção dos atos administrativos	435
XV	— Revogação <i>Conceito, 439; Sujeito ativo da revogação, 439; Objeto da revogação, 440; Fundamento da revogação, 441; Motivos da revogação, 443; Efeitos da revogação, 444; Natureza do ato revogador, 445; Limites ao poder de revogar, 446; Revogação e indenização, 447</i>	
XVI	— Coisa julgada administrativa	449
XVII	— Invalidade dos atos administrativos	451
	<i>Sujeitos ativos da invalidação, 452; Objeto da invalidação, 452; Fundamento da invalidação, 453; Motivo da invalidação, 454; Forma da invalidação, 454; Efeitos da invalidação, 456; Classificação da invalidade segundo a doutrina brasileira, 456; Atos irregulares, 460; Comentários às diferentes teorias, 461; O grau de intolerância em relação a categorias de atos inválidos, 462; Convalidação, 463; Convalidação e invalidação: poder ou dever?, 465; Identificação dos atos inexistentes, dos nulos e dos anuláveis, 467; Regime dos atos inválidos, 468; Invalidação e dever de indenizar, 470; Direito de resistência, contra atos inválidos, 472</i>	
XVIII	— Regime jurídico dos atos inexistentes, dos nulos e anuláveis: comparação	473
XIX	— Diferenças entre revogação e invalidação	475

Capítulo VIII — **O PROCEDIMENTO (OU PROCESSO) ADMINISTRATIVO**

I	— Conceito de procedimento administrativo	476
	<i>Procedimento e ato complexo, 482</i>	
II	— Requisitos do procedimento	483
III	— Importância do procedimento administrativo. <i>Atualidade do tema</i>	484
IV	— Objetivos do processo ou procedimento	487
V	— Espécies de procedimento	488
VI	— Fases do processo ou procedimento	490
VII	— Princípios do procedimento	491
VIII	— Fundamentos constitucionais dos princípios do procedimento administrativo	495

IX	— Obrigatoriedade da adoção de procedimento administrativo formalizado	500
X	— O processo (ou procedimento) na legislação federal	501
	<i>Âmbito de abrangência, 502; Competência, 502; Princípios do processo e garantias do administrado, 503; Sequência processual, 508; Prazos processuais, 511; Revogação, anulação e convalidação, 513</i>	
Capítulo IX — LICITAÇÃO		
I	— Conceito e finalidades	514
II	— A legislação sobre licitação	517
	<i>Normas gerais de licitação e contratos, 521</i>	
III	— Os princípios da licitação	522
IV	— Quem está obrigado a licitar	526
V	— Os pressupostos da licitação	529
VI	— O objeto licitável, a dispensa e a inexigibilidade de licitação	530
	<i>Bens singulares, 530; Serviços singulares, 531; Sistematização legal dos casos excludentes de licitação, 532; Os casos qualificados pela lei como de licitação dispensável, 532; Inexigibilidade de licitação, 537; Serviços técnicos de natureza singular, 539; Justificação de dispensas e de inexigibilidade, 542; Licitação proibida, 542</i>	
VII	— Modalidades da licitação	543
	<i>Prazos e formas de publicidade nas modalidades de licitação, 550; Comparação entre concorrência, tomada de preços e convite, 550; Pregão e consulta, 552 (Procedimento do pregão, 552); Registros cadastrais, 557; O registro de preços, 558; Comissões de licitação, 559; Licitações de grande vulto e licitações de alta complexidade técnica, 560; Alienação de bens, 561; Licitações internas e licitações internacionais, 562</i>	
VIII	— Etapas interna e externa da licitação	563
	<i>Requisitos para instauração de licitação, 563; Vedações nas licitações, 564</i>	
IX	— Fases da licitação	565
	<i>Exame dos afluentes à licitação, 566; Exame das propostas, 567; Confirmação do resultado e outorga do objeto, 567; Esquema analítico das fases, 568; Sequência procedimental da concorrência, 569</i>	
X	— O edital	571
	<i>Vícios do edital, 574</i>	

XI	— A habilitação	575
	<i>Documentos substitutivos para habilitação, 581; Consórcios, 581; Habilitação de empresa estrangeira em licitação internacional; compras de bens no Exterior, 582; Comparcimento de um único licitante, 583; Pré-qualificação, 583; Descabimento de rigorismos inúteis na habilitação, 584; Efeito jurídico da habilitação, 584; Vícios da habilitação, 585</i>	
XII	— O julgamento	586
	<i>Requisitos das propostas, 586; Objetividade do julgamento, 590; Classificação, 590; Desempate entre as propostas, 590; Os "tipos" de licitação, 590; Equanimidade de tratamento entre licitantes estrangeiros e nacionais, 593; Classificação de uma só proposta, 594; Vícios da classificação, 594; Efeito jurídico da classificação, 595</i>	
XIII	— Homologação e adjudicação	595
XIV	— Regras especiais para licitações com financiamento internacional e para compras de bens efetuadas no Exterior	596
XV	— Recursos administrativos	597
XVI	— O procedimento licitatório e suas conseqüências	598
	<i>Licitação e direito ao subsequente contrato, 598; Revogação da licitação, 598; Anulação da licitação, 599</i>	
XVII	— Crimes	602
XVIII	— Licitação e mandado de segurança	602

Capítulo X — O CONTRATO ADMINISTRATIVO

I	— Introdução	604
	<i>Peculiaridades do contrato administrativo, 605</i>	
II	— O contrato administrativo no Direito francês	606
III	— O contrato administrativo na doutrina brasileira	608
IV	— Conceito de contrato administrativo	610
V	— Características do chamado "contrato administrativo"	612
	<i>A lógica do contrato administrativo, 613</i>	
VI	— O contrato administrativo no Direito Positivo brasileiro	614
	<i>Alteração unilateral do contrato, 616; Alteração bilateral do contrato, 617; Extinção unilateral do contrato, 618; Outras hipóteses de extinção, 618; A "exceptio non adimpleti contractus", 619; Prazo e prorrogação dos contratos, 619; Formalidades do contrato administrativo, 621; Eficácia dos contratos administrativos, 622; Os pagamentos devidos ao contratado; correção monetária; rea-</i>	

juste e recomposição de preços no Direito Positivo (imprevisão, fato do príncipe e sujeições imprevistas), 622; Sanções administrativas e penais por ocasião dos contratos administrativos, 629

VII	— Equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo	630
	<i>O âmbito de proteção do equilíbrio econômico-financeiro e Direito Positivo brasileiro, 633; O contrato administrativo e o dever de boa-fé, 638</i>	
VIII	— A cláusula “rebus sic stantibus”	639
IX	— A teoria da imprevisão	640
X	— As cláusulas de reajustes de preços	643
XI	— Os reajustes e os índices oficiais	645
XII	— Obrigações do Estado derivadas de contratos inválidos ou “inexistentes”	648
XIII	— Os quase-contratos e o enriquecimento sem causa	649
XIV	— Convênios e consórcios	653

PARTE IV — AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Capítulo XI — SERVIÇO PÚBLICO E OBRA PÚBLICA		
I	— Conceito de serviço público	658
	<i>a) Substrato material da noção de serviço público, 662; b) Elemento formal caracterizador do serviço público: seu regime jurídico, 664; Princípios do serviço público, 664</i>	
II	— Titularidade do serviço e titularidade da prestação	669
III	— Serviços públicos e outras atividades estatais	670
	<i>Serviço público e obra pública, 670; Serviço público e poder de polícia, 671; Serviço público e exploração estatal de atividade econômica, 673</i>	
IV	— Serviços públicos por determinação constitucional	674
V	— Imposições constitucionais quanto aos serviços públicos no Brasil	676
	<i>a) Serviços de prestação obrigatória e exclusiva do Estado, 676; b) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar e obrigação de conceder, 677; c) Serviços que o Estado tem obrigação de prestar, mas sem exclusividade, 677; d) Serviços que o Estado não é obrigado a prestar, mas, não os prestando, terá de promover-lhes a prestação, mediante concessão ou permissão, 677</i>	
VI	— Os serviços públicos e a dubiedade da expressão “autorização” na Constituição	678

VII	— Limites constitucionais para a caracterização de um serviço como público	679
VIII	— Serviços públicos e serviços governamentais	681
IX	— Obra pública <i>Conceito, 684; Modalidades de execução indireta, 684; Obra de grande vulto, 685; Obra de imenso vulto, 686; Garantia de execução, 687; Fiscalização da obra, 687; Recebimento da obra, 687; Responsabilidade pela obra, 688</i>	
Capítulo XII — CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO E SEUS REGIMES JURÍDICOS		
I	— Concessão de serviços públicos: conceito e noções gerais	690
	<i>A exploração do serviço como forma de remuneração, 691; Concessão e permissão de serviço público na Constituição e as leis editadas para cumpri-la, 692; Improriedade das definições legais, 695; Natureza dos serviços suscetíveis de serem concedidos, 699; Natureza jurídica da concessão de serviço público e suas conseqüências, 700</i>	
II	— Forma e condições da outorga do serviço em concessão	702
	<i>Licitação das concessões, 704; O “contrato” de concessão, 710; Transferência da concessão — Transferência do controle acionário da concessionária e a subconcessão, 711; Direitos emergentes da concessão como garantias de financiamento, 713</i>	
III	— O prazo nas concessões e sua prorrogação	714
IV	— Os poderes do concedente	716
V	— Os direitos do concessionário	721
	<i>Remuneração do concessionário, 722</i>	
VI	— As tarifas	722
	<i>As fontes paralelas (alternativas, complementares) de receita do concessionário, 725; O equilíbrio econômico-financeiro na concessão de serviço público (ou obra pública), 726</i>	
VII	— Os direitos dos usuários	731
VIII	— Formas de extinção da concessão e seus efeitos jurídicos	735
IX	— A reversão dos bens	740

X	— <i>Síntese da composição patrimonial no encerramento da concessão</i>	743
XI	— <i>Responsabilidade do concessionário e subsidiária do Estado pelos danos a terceiros causados em razão do serviço</i>	744
XII	— <i>Permissão de serviço público</i>	746
XIII	— <i>Situações transitórias na lei de concessões</i>	757
XIV	— <i>A parceria público-privada (PPP)</i>	760
	<i>Valor, prazo e objeto das parcerias público-privadas, 762; Modalidades, 762; Concessão administrativa: a falsa concessão, 764; Benefícios aos contratados nas parcerias público-privadas: vantagens e garantias, 766; Garantias ofertáveis ao financiador do parceiro privado, 767; O contrato de parceria: gestão por sociedade de propósito específico, 768; O contrato de parceria: liberação de pagamentos ao parceiro privado, 768; O contrato de parceria: diretrizes e cláusulas contratuais, 768; Repartição de riscos. Garantias exigidas do parceiro privado. Repartição de ganhos, 770; Licitação nas parcerias público-privadas, 771; Disposições aplicáveis apenas à União, 772; Inconstitucionalidades da lei das parcerias público-privadas, 773 (Vinculação de receitas, 774; Fundos especiais, 774; Empresa estatal garantidora, 777; Mecanismos privados de resolução de disputas, inclusive arbitragem, 777; Assunção, por financiador, do controle da sociedade de propósitos específicos, 777)</i>	

Capítulo XIII — *INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO E NO DOMÍNIO SOCIAL*

I	— <i>Introdução</i>	779
II	— <i>Intervenção do Estado no domínio econômico</i> <i>Conceito de atividade econômica em nossa Constituição, 782; Valorização do trabalho humano, 784; Liberdade de iniciativa, 784; Atividades privadas sob regime especial, 789; Função social da propriedade, 789; Livre concorrência e repressão ao abuso do poder econômico, 791; CADE: organização e funções, 791; Secretaria de Direito Econômico — SDE, 793; Infrações à ordem econômica, 793; Sanções por infrações à ordem econômica, 795; Acordo de leniência, 796; Defesa do consumidor, 797; Monopólio, 800</i>	
III	— <i>Intervenção do Estado no domínio social</i>	800

Capítulo XIV — **PODER DE POLÍCIA**

I	— Introdução	805
II	— Sentido amplo e sentido estrito do poder de polícia	809
III	— Fundamento da polícia administrativa	810
IV	— Supremacia geral e supremacia especial	811
V	— Essência do poder de polícia	816
	<i>Traços característicos, 818</i>	
VI	— Polícia administrativa e polícia judiciária	820
VII	— Atos através dos quais se expressa a polícia administrativa	822
VIII	— O poder de polícia é discricionário?	823
IX	— Definição de polícia administrativa	824
X	— Polícia geral e polícia especial	824
XI	— Delegação de atos de polícia administrativa	826
XII	— Executoriedade das medidas de polícia administrativa ..	828
XIII	— Polícia administrativa e o princípio da proporcionalidade contra abusos da Administração	830
XIV	— Setores da polícia administrativa	831
XV	— Polícia administrativa da União, Estados e Municípios ...	831

Capítulo XV — **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

I	— Conceito	834
II	— Finalidades	835
III	— Sujeito infrator e sujeito responsável subsidiário	836
IV	— “Excludentes” da infração ou da sanção	837
V	— Princípios	837
	<i>a) Princípio da legalidade, 837; b) Princípio da anterioridade, 839; c) Princípio da tipicidade, 839; d) Princípio da exigência de voluntariedade para incursão na infração, 842; e) Princípio da proporcionalidade, 843; f) Princípio do devido processo legal, 844; g) Princípio da motivação, 845</i>	
VI	— Providências acautelatórias	846
VII	— Classificações das sanções: sanções transmissíveis sanções intransmissíveis	847
VIII	— Multas	849
IX	— Dever de sancionar	850

Capítulo XVI — **DESAPROPRIAÇÃO**

I	— Conceito	852
II	— Fundamentos da desapropriação	857
III	— Desapropriação: forma originária de aquisição da propriedade	858
IV	— Requisitos da desapropriação	859
V	— Competência para legislar sobre desapropriação; competência para desapropriar e competência para promover desapropriação	861
VI	— Objeto da desapropriação	862
VII	— Beneficiários da desapropriação	864
VIII	— Fases do procedimento expropriatório	864
IX	— A declaração de utilidade pública	865
X	— A imissão provisória de posse	868
XI	— A justa indenização. Juros. Correção monetária. Outras despesas. Honorários de advogados	871
XII	— Momento em que se consuma a desapropriação	875
XIII	— Desapropriação por zona	875
XIV	— Desapropriação indireta	876
XV	— Extensão do controle jurisdicional na ação de desapropriação	877
XVI	— Retrocessão e direito de preferência violado	878
XVII	— Requisição	891
XVIII	— Servidão administrativa	893

Capítulo XVII — **GESTÃO DOS BENS PÚBLICOS**

I	— Conceito	897
II	— Os bens com relação à sua destinação	898
III	— Afetação e desafetação dos bens públicos	899
IV	— Regime jurídico dos bens públicos	899
V	— Os bens quanto à sua natureza física	901
	a) Bens do domínio hídrico, 902; b) Bens do domínio terrestre, 903 (Domínio do solo, 903; Domínio do subsolo, 907)	
VI	— Formas de aquisição e alienação de bens públicos	908
VII	— Formas de utilização dos bens públicos pelos administrados	909
	a) Utilização dos bens de uso comum, 909; b) Utilização dos bens de uso especial, 913; c) Utilização dos bens dominicais, 914	

PARTE V — O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO E A RESPONSABILIDADE DO ESTADO	919
Capítulo XVIII — PANORAMA DO CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
I — Controle interno e externo	921
<i>a) Controle interno, 923; b) Controle externo, 924</i>	
II — Controle parlamentar direto	924
<i>a) Sustação de atos e contratos do Executivo, 924; b) Con- vocaçào de Ministros e requerimentos de informações; recebimento de petições, queixas e representações dos administrados e convocação de qualquer autoridade ou pessoa para depor, 924; c) Comissões Parlamentares de Inquérito, 925; d) Autorizações ou aprovações do Con- gresso necessárias para atos concretos do Executivo, 925; e) Poderes controladores privativos do Senado, 926; f) Julgamento das contas do Executivo, 926; g) Suspensão e destituição (“impeachment”) do Presidente ou de Minis- tros, 927</i>	
III — Controle pelo Tribunal de Contas	927
<i>a) Compostura e composição do Tribunal de Contas, 927; b) Parecer prévio sobre as contas do Presidente, 928; c) Julgamento das contas dos administradores públicos, 929</i>	
IV — Controle jurisdicional (panorama)	930
<i>a) “Habeas corpus”, 937; b) Mandado de segurança, 938; c) “Habeas data”, 939; d) Mandado de injunção, 939; e) Ação popular, 940; f) Ação civil pública, 940; g) Ação direta de inconstitucionalidade, 940</i>	
Capítulo XIX — DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JUDICIAL	
I — Introdução	942
II — Princípio da legalidade	944
III — Vinculação e discricionariedade	945
<i>Mérito do ato, 949</i>	
IV — Fundamentos da discricionariedade	949
V — Estrutura lógico-normativa da discricionariedade	952
VI — Conceito de discricionariedade	956
VII — Limites da discricionariedade	957
VIII — Extensão do controle judicial	961
<i>a) Exame dos motivos, 961; b) Exame da finalidade: o desvio de poder, 963; c) Exame da causa do ato, 967</i>	

IX	— Relatividade da competência discricionária	967
X	— Conclusão	974

**Capítulo XX — RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL
EXTRACONTRATUAL DO ESTADO POR
COMPORTAMENTOS ADMINISTRATIVOS**

I	— Introdução	977
II	— Responsabilidade e sacrifício de direito	978
III	— Originalidade da responsabilidade pública	980
IV	— A responsabilidade do Estado e o Estado de Direito	983
V	— Evolução da responsabilidade por atos administrativos	984
	a) Princípio da irresponsabilidade do Estado, 984; b) Princípio da responsabilidade do Estado, 986; c) Responsabilidade subjetiva do Estado, 986; d) Responsabilidade objetiva do Estado, 989	
VI	— Fundamentos da responsabilidade do Estado	990
VII	— Questões capitais sobre a responsabilidade estatal	991
VIII	— Os sujeitos que comprometem o Estado	991
IX	— Caracteres da conduta lesiva ensejadora de responsabilidade	993
	a) Danos por ação do Estado, 994; b) Danos por omissão do Estado, 996; c) Danos dependentes de situação apenas propiciada pelo Estado, 1001	
X	— O dano indenizável	1004
XI	— Excludentes da responsabilidade do Estado	1007
XII	— A responsabilidade do Estado no Brasil	
	a) Introdução, 1009; b) Evolução normativa da responsabilidade do Estado no Brasil, 1011; c) Responsabilidade subjetiva ou objetiva como regra no Direito vigente, 1014; d) Responsabilidade patrimonial do agente por danos a terceiros, 1017; e) Responsabilidade estatal na jurisprudência brasileira, 1019; f) A forma de efetivação da responsabilidade do Estado, 1022	

**Capítulo XXI — A PRESCRIÇÃO NO DIREITO
ADMINISTRATIVO**

I	— Prescrição, decadência e preclusão	1025
II	— Prescrição (ou outro prazo extintivo) da pretensão do administrado a pleitear direito na via administrativa	1027

III	— <i>Prescrição de ações judiciais do administrado contra o Poder Público</i>	1028
IV	— <i>Pretensões da Administração contra o administrado</i>	1031
V	— <i>“Prescrição” da possibilidade de a Administração prover, ela própria, sobre certa específica situação</i>	1031
VI	— <i>Prescrição das ações judiciais contra o administrado</i>	1033
	ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES	1037
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	1043